

UNE VOLANTE POR UMA UNIVERSIDADE POPULAR! - MOVIMENTO POR UMA UNIVERSIDADE POPULAR

Hoje, mundialmente, o cenário é do fortalecimento da extrema-direita, com uma rearticulação conservadora e reacionária. Numa perspectiva neoliberal - desde os anos 90 -, a extrema-direita busca recuperar as taxas de lucro da burguesia às custas de direitos sociais e coletivos duramente conquistados. A eleição de Trump, a votação expressiva do Chega! em Portugal e o número de prefeituras e do próprio congresso nacional, nas últimas eleições, no Brasil são expressões desse avanço.

Em 2022, a derrota de Bolsonaro e a eleição de Lula, foi uma importante conquista para o movimento popular, visto que serviu como um duro golpe na organização golpista e nos agitadores fascistas. Mas, já na construção da chapa de União Nacional do PT, denunciámos o carácter rebaixado que o Governo teria, com a inclusão de diversos representantes da burguesia nos Ministérios e promessas vazias na campanha, como a revogação do Teto de Gastos e a isenção do IR para os que recebem menos de R\$ 5.000.

Ao mesmo tempo, a política económica do Governo, limitada pela independência concedida ao Banco Central e das concessões à burguesia nas principais empresas públicas e conselhos, impede uma melhoria significativa das condições de vida da classe trabalhadora. E mesmo superando alguns índices preocupantes, com um novo impulso no combate à fome e extrema pobreza, o quadro estrutural de baixos salários e péssimas condições de vida corrói a popularidade e o reconhecimento da classe trabalhadora pelo Governo.

Nos últimos anos, agravou-se o cenário de ataques à educação pública, que continua sofrendo, dada a existência de um projeto neoliberal privatista em vigor. Como expressões desse mesmo programa político, estão: a proposta do programa Future-se, derrotada pela luta estudantil e docente; os constantes cortes orçamentários; o congelamento de investimentos através do Teto de Gastos (EC 95/2016) e sua reedição na forma de Novo Arcabouço Fiscal (PLP 93/2023).

Por meio do Decreto nº 12.448/2025, o governo opera mais um contingenciamento de gastos nas Instituições Federais de Ensino (IFE), que há anos vem sofrendo com sucateamento, terceirização e diversos retrocessos. O decreto coloca uma restrição do uso mensal do orçamento destinado às IFES em 1/18 do seu montante total, inviabilizando a atuação das IFES.

Além disso, o Ensino à Distância (EaD) é o principal motor para o crescimento das instituições privadas assim como o endividamento de estudantes (Fies), como fica explícito em números ao nos depararmos com o dado de que 97,4% dos alunos da modalidade EaD são formados por instituições privadas. Em um aumento gritante, em 10 anos foram quase de 500% (Inep, 2021) o aumento no número de matrículas.

Sendo assim, a precarização das universidades públicas é uma expressão concreta da crise estrutural do capital e da lógica empresarial voltada ao lucro. Nesse contexto, a educação pública, no geral, e a universidade pública, em particular, são atacadas por seu potencial como local de formação socialmente referenciado e por representar ainda uma trincheira de resistência a esse modelo de educação e de sociedade neoliberal.

A universidade pública é, ainda hoje, vanguarda na construção de um projeto popular de educação: gratuita, laica, socialmente referenciada à classe trabalhadora, com financiamento público, valorização das carreiras e com ampla assistência estudantil.

Nós, da União da Juventude Comunista (UJC) e do Movimento Por Uma Universidade Popular (MUP), defendemos o acesso a pesquisa de qualidade, ensino gratuito e à extensão popular assim como a universalização do ensino e que elas sirvam como polo de conhecimento para as necessidades da classe trabalhadora brasileira.

Dessa forma, como parte fundadora da UNE, seguimos com o compromisso de retomar a combatividade da entidade. Frente ao aparelhamento e à burocratização promovidos por setores alinhados ao governo e à conciliação com a burguesia. Prova disso é sua postura tímida diante das greves da educação e dos sucessivos cortes desde 2023, que se agravaram em 2025.

O Movimento por uma Universidade Popular Propõe:

1. Etapas locais de debate de teses devem também serem apresentadas e organizadas pelas UEEs e DCEs assim como o fortalecimento de Fóruns das entidades e ampla participação das entidades de base, em síntese: pela e ampla democratização nas universidades
2. Regularização e transparência dos repasses financeiros para as UEEs como forma de fortalecer a carteira de estudantes e incentivar sua produção nas bases;
3. Realização de balanço financeiro período a fim de aproximar o conjunto da diretoria sobre as condições de manutenção da entidade e conselho fiscal composto pelas entidades gerais
4. Reuniões periódicas entre os diretores para revisar o plano de trabalho e balanço anual público que aproxime a base da atuação da UNE.
5. Fim do vestibular;
6. 10% do PIB para o investimento na educação;
7. Pelo FIM dos 30% EAD no ensino presencial!

Instagram: @ujc.nacional

E-mail: ujc.nacional@gmail.com